

Introdução

A comemoração do Dia Europeu dos Vizinhos¹ (última terça-feira do mês de Maio) tem uma história recente e um objectivo que inspira grande admiração – organizar uma Festa democrática e universal que aproxima vizinhos e mobiliza as pessoas no combate ao isolamento. Esta iniciativa teve início em França em 1999 quando a associação “Amigos de Paris” organizou a primeira festa, no 17º bairro de Paris, mobilizando 800 vizinhos. Perante o consecutivo sucesso das iniciativas anuais, em 2004 é instituído o Dia Europeu dos Vizinhos e cerca de 3.4 milhões de europeus participaram nas festas. Em 2005, Portugal estreia-se na organização do evento, juntando-se aos 15 países da União Europeia. Em 2008, a Festa dos Vizinhos portuguesa reuniu cerca de 21 mil pessoas em 250 festas espalhadas por 25 cidades. Nesse ano, 8 milhões de europeus participaram na Festa dos Vizinhos.

O Efeito Vizinhança na Intervenção Social

Inspirada no conceito subjacente ao Dia Europeu dos Vizinhos proponho uma breve reflexão sobre a preposição de que conhecer os vizinhos ajuda à coesão social, a uma melhor vida em conjunto e cria novos laços de solidariedade entre as pessoas.

A sociedade portuguesa acarreta consigo configurações interessantes e singulares sobre as relações de vizinhança e o efeito que essas relações produzem no quotidiano das pessoas. Para desenvolver as suas características tomarei como pano de fundo o conceito de Sociedade-Providência de Boaventura Sousa Santos, no qual se entende que é constituída pelas «redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade» (Boaventura Sousa Santos, 1993: 46). Podemos começar por assinalar os três princípios que a caracterizam e que sustentam a sua dinâmica: a solidariedade concreta que se pode traduzir em ajuda nas tarefas domésticas, cuidar dos filhos, emprestar dinheiro, fornecer refeições, etc; a reciprocidade, como processo de ajuda em que as trocas são equivalentes; e o Investimento Emocional que se revela em trocas que comportam atitudes emocionais positivas e um clima de compreensão, simpatia, empatia, estímulo e apoio.

¹ www.vizinhos.eu

Curiosidade:

Os poucos estudos existentes em Portugal demonstram que as pessoas não gostam de se separar dos seus vizinhos. Sete em cada dez portugueses garantem ter uma relação boa ou muito boa com os vizinhos (DECO, 2010). Num outro estudo mais de metade das pessoas (66,7%) inquiridas disseram que os vizinhos têm um peso significativo nas suas vidas. As pessoas gostam dos vizinhos essencialmente porque precisam deles e porque é com os vizinhos que muitas vezes têm oportunidade de desenvolver as suas relações afectivas.

Estes princípios são também as virtudes de um modelo de bem-estar parcialmente compensador de um Estado-Providência incipiente. A construção de uma Sociedade-Providência forte adveio, entre outros factores, de um quadro de vida em que a actividade agrícola representava um elemento básico da reprodução económica das famílias e impunha formas de organização do trabalho que reforçavam a importância do grupo doméstico e dos laços de vizinhança e sociabilidade» (Hespanha, 1993). Mesmo em agregados em que os elementos activos se deslocam para trabalhar fora do contexto rural, a agricultura representa, ainda hoje, uma actividade de complemento importantíssima, não tanto pelo rendimento que fornece, mas pela garantia contra a carestia dos alimentos que assegura às famílias trabalhadoras (idem).

Esta herança é extensível às relações de vizinhança. E ainda que «destinada a desaparecer pelo fenómeno da urbanização é hoje recuperada e transcodificada como um fenómeno que pode carregar consigo a resposta aos problemas de solidariedade social» (Nunes, 1995:6). Em Portugal, as redes informais primárias ocupam um lugar central na resposta a situações de crise, de risco ou de carência e contribuem para suprir, quer a insuficiência do rendimento baseado nos salários, quer algumas limitações e omissões da providência estatal (idem). No entanto, é bom dizer que apesar do papel significativo que as redes informais detêm na melhoria da qualidade de vida das pessoas, ou em muitos casos no combate à pobreza, é necessário estabelecer duas considerações prévias. Em primeiro lugar é impossível afigurar uma sociedade-providência que substitua o estado-providência, pela simples razão de que respondem a carências e problemas diferentes. E em segundo lugar reconhecer que a sociedade-providência possui uma dinâmica que pode reforçar mecanismos, por um lado humanizadores/emancipadores do potencial humano, mas por outro, geradores de desigualdades e exclusões (Nunes, 1995).

Curiosidade:

A maioria dos portugueses (76%) sente-se desconfortável ao terem, na porta ao lado, vizinhos de etnia cigana. De acordo com os dados do Euro barómetro sobre discriminação, apenas uma minoria dos portugueses (24 %) confessam sentirem-se confortáveis ao terem vizinhos ciganos, 19% admitem mesmo um desconforto total com a situação. O estudo revela ainda que no que diz respeito ao preconceito quanto à etnia, 55% dos portugueses são da opinião que esta é muito disseminada no nosso país, longe da realidade em Malta (21%) ou na Irlanda (25%).

A forma como se constroem e desenvolvem as redes de solidariedade primárias (incluem redes de parentesco, co-residência, comensalidade e vizinhança) pode ajudar a descortinar a tensão inerente entre as duas funções contraditórias que as redes informais podem assumir.

Nestas redes, a posição dos membros é assumida em função do sexo, idade, geração, relação de parentesco, proximidade de residência, profissão ou ocupação, ou seja, de acordo com definições tácitas do que deve ser o comportamento adequado dos actores sociais em função destas características. Este tipo de classificação permite a categorização ou até mesmo a estereotipificação das redes (pessoas em situação de pobreza, delinquentes, emigrantes, idosos, adolescentes, etc.). Outra característica essencial é o seu carácter dinâmico. Uma rede varia a sua composição ou configuração e nenhum tipo de classificação, como os referidos anteriormente, colocam a “salvo” os membros da rede. Mesmo o recrutamento para uma rede por nascimento, casamento ou afinidade não garante um estatuto estável no seio de uma rede de solidariedade primária. As redes de solidariedade primária emergem dos vínculos de solidariedade a partir de relações construídas num tempo e num espaço determinados, mudando segundo os contextos e circunstâncias. E a sua manutenção pressupõe trabalho, nomeadamente através de conversas, visitas, episódios de envolvimento, refeições, festas, etc. Esse trabalho é importantíssimo porque é o espaço para a criação e reafirmação periódica de pertenças e de exclusões. As reafirmações de pertença passam por actividades como visitas a doentes, empréstimos de dinheiro, ajuda em géneros ou trabalho, prestação de serviços, rituais formais como as festas de família, passando por episódios rotineiros do dia-a-dia. Estes momentos são espaços de negociação que reforçam a interconexão entre os membros da rede e podem assumir vantagens e desvantagens. As redes homogéneas e coesas exercem controlo sobre os membros, são pouco abertas ao exterior e não permitem renovações nas práticas ou normas de comportamento, também reduzem as probabilidades de ocorrência de diversidade de opiniões, ou de conflitos. Têm como principal vantagem o potencial apoio emocional, a

mobilização rápida de recursos e disponibilidade perante todo o tipo de eventos. As redes fragmentadas ou mais heterogéneas são as mais vantajosas uma vez que oferecem maior flexibilidade aliada à diversidade de recursos, permitindo aos membros da rede auferir diferentes tipos de apoio.

Posto isto, podemos concluir que a solidariedade disponibilizada aos membros que são reconhecidos no espaço e lugar é importantíssima no quotidiano e na providência dos acontecimentos de vida stressantes, no entanto, coloca de fora aqueles com que não é possível estabelecer relações sociais continuadas. A disponibilidade de ajuda ou protecção é feita em função de processos de estereotificação que podem levar a criar ou consolidar situações de exclusão. O princípio da universalidade e da igualdade perante a necessidade de protecção não tem contexto neste âmbito.

Perante isto, como poderá a sociedade-providência articular o seu lado positivo (altruísmo, solidariedade e reciprocidade) com o seu lado negativo (ausência de direitos, discriminação, paternalismo nas relações sociais)?

Bibliografia

Centro de Estudos Sociais (CES) (1995) - A Sociedade-Providência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42. Coimbra: CES.

Ruonavaara, Hannu e Antti Kouvo (2009) – Neighbour relations in contemporary society. A survey of ideas and a blueprint for a framework for investigation. Comunicação apresentada na Conferência ISA Housing Assets, Housing People, 1 a 4 de Setembro, Glasgow.

Santos, Boaventura Sousa (org.) (1993) – *Portugal: um retrato singular*. Porto: Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento.